

## Nota Técnica 28 - Estratégias de Equidade: A Intersecção do Plano Juventude Negra Viva com o Cadastro Único

Sergio Kelner Silveira  
Hugo Borba Mello  
Luís Henrique Romani Campo  
Carolina Beltrão de Medeiros

### Introdução

A análise da composição racial da população e seu reflexo no Cadastro Único revela a persistência das desigualdades raciais no Brasil. O cruzamento desses dados com as políticas públicas, como o "Plano Juventude Negra Viva", é vital para endereçar os desafios enfrentados pela juventude negra no país. Esta nota técnica apresenta um exame da representação desproporcional de Pretos, Pardos e Indígenas no Cadastro Único e discute como essas informações são cruciais para a sustentação e o sucesso do referido plano.

#### 1. Composição Racial

Através do Projeto Rede 10 o Núcleo de Inovações Sociais em Políticas Públicas (NISP) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) está desenvolvendo estudo, no Nordeste, sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com enfoque no Cadastro Único (Cadunico) e no Programa Bolsa Família (PBF). Ao avançar no estudo foi identificado que as vulnerabilidades acentuam-se para população preta e parda em comparação à branca. Diante disso aprofundou-se a análise para apontar a composição racial da população do Brasil e das Unidades da Federação, e daqueles que estão inscritos no Cadunico, como forma de ilustrar onde essas são mais acentuadas no território brasileiro, e quais medidas podem ser ajustadas, no planejamento das políticas públicas, para aproximar os esforços desenvolvidos pelo governo federal para atacar o grave problema das desigualdades.

A tabela 1 abaixo fornece uma visão comparativa das composições raciais da população do Brasil e de seus estados, dividida em categorias de Preta e Parda, Branca, Amarela e Indígena. Além disso, ela coteja estes dados com os registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é uma ferramenta importante para identificar as famílias de baixa renda no país, permitindo que o governo direcione melhor suas políticas sociais.

A primeira metade da tabela mostra a porcentagem de cada categoria racial dentro da população total de cada espaço territorial. Por exemplo, no Brasil como um todo, 55,5% da população se identifica como Preta e Parda, enquanto 43,5% se identifica como Branca. As categorias Amarela e Indígena representam uma parcela bem menor, com 0,4% e 0,6%, respectivamente.

A segunda metade da tabela compara esses dados com as porcentagens de pessoas de cada categoria racial que estão cadastradas no CadÚnico. Esses números são importantes porque mostram a representatividade de cada grupo racial entre as famílias de baixa renda que são atendidas pelos programas sociais. **Por exemplo, enquanto os Pretos e Pardos representam 55,5% da população brasileira, eles constituem 68,6% das famílias no CadÚnico, sugerindo uma super-representatividade nesse Cadastramento quando comparado com a sua proporção na população geral.**

Alguns estados mostram uma diferença notável entre a composição racial da população geral e a registrada no CadÚnico. Por exemplo, em estados como o Acre e Amazonas, há uma porcentagem significativamente maior de Indígenas no CadÚnico do que na população indígena em geral, o que pode refletir as graves desigualdades socioeconômicas enfrentadas por esses grupos.

Tabela 1 - Composição Racial da População e do Cadastro Único por Estados no Brasil

Brasil + Ufs	População				CadÚnico				
	Preta e Parda	Branca	Amarela	Indígena	Total cadÚnico	Preta e Parda	Branca	Amarela	Indígena
	%	%	%	%	% com relação à população	%	%	%	%
Pará	79,6	19,3	0,2	0,9	67,2	89,2	9,5	0,5	0,8
Maranhão	79,0	20,1	0,1	0,8	68,0	89,0	9,6	0,4	0,9
Bahia	79,7	19,6	0,1	0,6	66,3	87,2	11,8	0,6	0,4
Piauí	77,1	22,6	0,1	0,2	67,5	86,0	13,2	0,7	0,1
Ceará	71,5	27,9	0,1	0,5	65,7	85,9	13,4	0,4	0,3
Sergipe	74,5	25,2	0,1	0,2	62,6	85,8	13,5	0,6	0,1
Amapá	77,1	21,4	0,1	1,4	68,9	85,5	11,9	0,6	2,0
Amazonas	73,7	18,4	0,2	7,7	66,2	84,9	5,9	0,6	8,6
Alagoas	69,9	29,3	0,2	0,6	64,4	84,4	14,3	0,6	0,6
Tocantins	75,3	23,2	0,2	1,2	60,9	82,5	14,9	0,9	1,7
Acre	74,8	21,4	0,2	3,5	67,2	81,7	12,7	0,8	4,8
Rondônia	67,9	30,7	0,3	1,1	53,3	75,7	21,9	0,8	1,6
Distrito Federal	59,4	40,0	0,5	0,2	31,5	75,2	23,8	0,8	0,2
Goiás	63,4	36,2	0,2	0,2	44,2	74,7	24,1	1,1	0,1
Paraíba	63,5	35,7	0,1	0,6	63,4	73,8	24,8	0,8	0,6
Pernambuco	65,3	33,6	0,2	0,9	64,4	73,7	24,7	0,6	0,9
Mato Grosso	65,9	32,3	0,3	1,6	46,6	72,6	23,0	1,4	3,0
Roraima	65,0	20,6	0,1	14,1	59,5	72,0	10,6	0,6	16,8
Espírito Santo	61,0	38,6	0,1	0,3	46,6	71,5	27,6	0,6	0,3
Brasil	55,5	43,5	0,4	0,6	47,2	68,6	29,9	0,6	0,9
Rio Grande do Norte	60,1	39,5	0,2	0,3	61,4	67,9	31,4	0,5	0,1
Rio de Janeiro	57,8	42,0	0,1	0,1	42,4	67,0	32,2	0,8	0,1
Minas Gerais	58,6	41,1	0,2	0,2	43,7	66,7	32,4	0,6	0,2
Mato Grosso do Sul	53,4	42,4	0,7	3,5	51,5	57,4	36,3	0,7	5,6
São Paulo	41,0	57,8	1,2	0,1	32,9	48,4	51,0	0,5	0,1
Paraná	34,3	64,6	0,9	0,2	38,4	32,1	67,1	0,4	0,4
Santa Catarina	23,3	76,3	0,2	0,3	22,9	27,1	71,9	0,4	0,6
Rio Grande do Sul	21,2	78,4	0,1	0,3	31,9	22,3	76,7	0,2	0,8

Fonte: IBGE (2024); MDS (2024)

Em contraste, estados como São Paulo e Santa Catarina têm uma proporção maior de Brancos tanto na população em geral quanto no CadÚnico, embora a porcentagem de Brancos no CadÚnico seja menor do que na população total, indicando uma menor representatividade desse grupo no cadastro de famílias de baixa renda. Estes dados são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de ação afirmativa, além de serem um indicativo das desigualdades raciais no acesso a recursos e serviços no Brasil.

Essas informações são cruciais para entender as necessidades específicas de cada território e garantir que as políticas públicas sejam eficientes e equitativas.

## 2. As vulnerabilidades medidas pelo Cadunico

A composição racial da população brasileira e sua representatividade no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) fornecem uma métrica importante para apontar a vulnerabilidade social, particularmente quando se observa que uma porcentagem substancial dos inscritos é composta por negros e pardos. A tabela anexada destaca essa realidade, indicando não apenas as disparidades regionais, mas também acentuando a urgência de políticas públicas que contemplem tais desigualdades.

De acordo com a tabela fornecida, os três estados com o maior percentual da população total inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) são:

- i. Pará: 67,2% da população total está inscrita no CadÚnico.
- ii. Maranhão: 68,0% da população total está inscrita no CadÚnico.
- iii. Piauí: 67,5% da população total está inscrita no CadÚnico.

Estes estados demonstram uma alta taxa de inscrição no CadÚnico, indicando uma proporção considerável da população que pode estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Por outro lado, os três estados com o menor percentual da população total inscrita no CadÚnico são:

- i. Santa Catarina: Apenas 22,9% da população total está inscrita no CadÚnico.
- ii. Rio Grande do Sul: 31,9% da população total está inscrita no CadÚnico.
- iii. São Paulo: 32,9% da população total está inscrita no CadÚnico.

O mapa apresenta uma distribuição percentual da população preta e parda inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) por estado no Brasil. Observa-se uma variação significativa entre as regiões, o que pode indicar disparidades socioeconômicas e raciais no país.

Os três estados com os maiores percentuais de pretos e pardos inscritos no Cadunico:

- i. Pará com 89,2%
- ii. Maranhão com 89,0%
- iii. Bahia com 87,2%

Esses números altos podem refletir uma maior vulnerabilidade econômica entre a população preta e parda nestes estados, uma vez que o CadÚnico é frequentemente utilizado para identificar famílias em situação de pobreza e oferecer assistência social.

Por outro lado, os três estados com os menores percentuais são:

- i. Santa Catarina com 22,3%
- ii. Rio Grande do Sul com a mesma marca de 22,3%
- iii. Paraná com 32,1%

Estes estados do Sul do Brasil mostram uma proporção menor de inscrição de pretos e pardos no CadÚnico, o que pode sugerir uma menor incidência de pobreza entre esses grupos raciais ou uma distribuição de renda mais equilibrada comparada com os estados do Norte e Nordeste.

**As variações regionais vistas no mapa são cruciais para direcionar políticas públicas. Os dados sugerem que as regiões Norte e Nordeste, com os maiores percentuais, possam necessitar de atenção mais urgente em termos de assistência social e medidas de ação afirmativa. O reconhecimento dessa disparidade é essencial para o desenvolvimento de programas governamentais que visem reduzir as desigualdades sociais e raciais.**

Esses estados apresentam uma menor porcentagem de inscrição no CadÚnico, o que pode refletir menores índices de pobreza ou uma distribuição de renda mais equilibrada, embora ainda possa haver questões específicas de vulnerabilidade que necessitam ser abordadas através de políticas sociais direcionadas.

**Esta análise sinaliza que um fator crucial de medição de vulnerabilidade social no Brasil pode ser o percentual da população inscrita no CadÚnico, e um agravante substancial é a constatação de que, nesse percentual, a maioria é de negros e pardos. A proporção elevada desses grupos no CadÚnico implica que as políticas públicas devem não apenas reconhecer, mas também atuar proativamente sobre as desigualdades raciais existentes.**

### 3. O plano Juventude Negra Viva

O "Plano Juventude Negra Viva" é uma política pública criada com o compromisso do Governo Federal do Brasil para a redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais que afetam a juventude negra, além do enfrentamento ao racismo estrutural. O plano foi lançado em 2023, sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e é coordenado principalmente pelos seguintes ministérios:

- i. Ministério da Igualdade Racial
- ii. Secretaria-Geral da Presidência da República

Além desses, há uma série de outros ministérios co-responsáveis e envolvidos diretamente na iniciativa, demonstrando a natureza interministerial e interdisciplinar do plano.

O "Plano Juventude Negra Viva" estrutura-se em vários eixos de atuação, refletindo as múltiplas dimensões das questões enfrentadas pela juventude negra. Alguns dos eixos incluem:

- i. Segurança pública e acesso à justiça
- ii. Geração de trabalho, emprego e renda
- iii. Educação
- iv. Esporte
- v. Cultura
- vi. Democratização do acesso à ciência e tecnologia
- vii. Promoção da saúde

- viii. Meio ambiente, garantia do direito à cidade e a valorização dos territórios
- ix. Fortalecimento da democracia
- x. Assistência social

Esses eixos foram definidos a partir de consultas e reuniões interministeriais e, sobretudo, através de processos participativos que incluíram a juventude negra em todo o país. A metodologia empregada no desenvolvimento do plano envolveu a realização de caravanas participativas, oficinas com gestores e especialistas, e reuniões ordinárias, com o objetivo de construir um plano que refletisse verdadeiramente as necessidades e realidades dessa população.

As informações sobre a composição social, como as contidas na tabela de composição racial do Cadastro Único, são essenciais para a elaboração, o planejamento e a execução de políticas públicas focadas no "Plano Juventude Negra Viva" do Brasil. Esses dados permitem:

- i. Identificar Desigualdades: A composição racial do Cadastro Único destaca as desproporções sociais e econômicas entre as raças, evidenciando quais grupos são mais afetados pela pobreza. Assim, o plano pode direcionar esforços para combater a desigualdade racial de maneira mais efetiva considerando o perfil da população.
- ii. Direcionar Recursos: A análise da composição racial ajuda a determinar onde os recursos para os programas do plano devem ser alocados com mais intensidade, assegurando que as iniciativas cheguem àqueles que mais precisam.
- iii. Desenvolver Estratégias Específicas: Com a compreensão das vulnerabilidades específicas enfrentadas por jovens negros em diferentes regiões, o plano pode criar estratégias que abordem essas questões de maneira regionalizada e contextualizada.
- iv. Avaliar o Impacto das Políticas: Utilizando a composição racial como linha de base, é possível medir o impacto das políticas implementadas no plano, verificando se estão efetivamente alcançando e melhorando as condições da juventude negra.
- v. Promover Equidade: O plano pode utilizar as informações para promover programas que visem à equidade racial em áreas como educação, saúde, emprego e segurança pública, contribuindo para o enfrentamento ao racismo.

#### 4. Contribuição da Fundação Joaquim Nabuco para área de assistência social

O Plano Juventude Negra Viva apresenta um conjunto de ações focadas na área de assistência social<sup>1</sup> que buscam endereçar as desigualdades enfrentadas pela juventude negra no Brasil. As iniciativas de assistência social do plano incluem:

- i. A ampliação e fiscalização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para que estes incluam territórios quilombolas e periféricos, independentemente de estarem demarcados ou não.
- ii. A necessidade de um plano de assistência social específico para a juventude negra em vulnerabilidade, que considera o suporte financeiro e logístico às famílias de jovens negros que sofreram perdas, e a criação de um programa de renda básica para jovens negros desempregados e vulneráveis.
- iii. A instituição de Renda Básica Universal e a formação de uma comissão para estratégias de reparação histórica econômica através da distribuição de terras à população negra.

---

<sup>1</sup> Assistência Social é uma das 10 áreas definidas no plano

iv. O estabelecimento de CRAS nas periferias com profissionais capacitados e a criação de casas e repúblicas subsidiadas pelo Estado destinadas a jovens que atingem a maioridade em serviços de acolhimento institucional.

Estas ações refletem um esforço abrangente para atender às necessidades específicas da juventude negra no que diz respeito ao acesso a serviços de assistência social, à renda e ao combate à desigualdade racial. A realização de ações como essas, alinhada com a promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Esses extremos demonstram a importância de políticas públicas bem orientadas e estruturadas para lidar com a heterogeneidade do país, e o "Plano Juventude Negra Viva" pode se beneficiar muito dessa análise detalhada para suas ações focadas na juventude negra.

É importante que o Plano desenvolva estratégias lastreadas em diagnósticos que qualifiquem a realidade do território. Os estudos realizados pelo Núcleo de Inovações Sociais em Políticas Públicas evidenciam a importância do planejamento estratégico e da gestão eficaz dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A adoção de uma abordagem sistêmica, que compreende a interdependência dos programas federais e a busca pelo entendimento dos padrões emergentes a partir das interações entre seus componentes, é essencial para otimizar a eficiência dessas ações e melhorar a qualidade de vida da população negra e parda brasileira.

No contexto do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, observa-se uma heterogeneidade na composição racial entre os estados que sugere diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica. Estados como Pará, Maranhão e Piauí, que apresentam os maiores percentuais da população inscrita no CadÚnico, refletem uma maior urgência na aplicação de políticas públicas. A prioridade deve ser dada a esses estados, onde a inscrição massiva no CadÚnico indica a necessidade de intervenção para atender às demandas de uma população em situação de risco.

Além da composição racial, que demonstra uma predominância de negros e pardos entre os inscritos no CadÚnico, os aspectos territoriais característicos de cada região também devem ser levados em conta. Especificamente na Região Norte, a questão indígena é notável, com estados como Amazonas e Roraima apresentando uma proporção significativa de indígenas inscritos no CadÚnico. Esse fato ressalta a importância de desenvolver políticas que não apenas atendam às necessidades gerais da população, mas que também reconheçam e abordem as peculiaridades culturais e sociais dos grupos indígenas.

O planejamento das políticas públicas, portanto, deve considerar as particularidades de cada território, assegurando que as estratégias adotadas estejam alinhadas com as características e necessidades específicas de cada população. Isso requer uma análise cuidadosa dos dados disponíveis, assim como um diálogo constante com as comunidades locais para entender melhor suas vivências e perspectivas.

Ao incorporar essas nuances no planejamento, gestão e execução das políticas sociais, será possível construir um sistema de assistência social mais robusto e inclusivo, capaz de promover efetivamente a equidade racial e social no país. A atenção às regiões com maior percentual de inscritos no CadÚnico e a adaptação às especificidades locais são passos fundamentais nesse processo, garantindo que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso às oportunidades e aos direitos fundamentais.

## Conclusão

Conclui-se que a análise da composição racial e da porcentagem da população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento indispensável no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade racial no Brasil. A compreensão de que a vulnerabilidade socioeconômica é significativamente mais elevada entre negros, pardos e indígenas é reforçada pela grande representação desses grupos no CadÚnico, particularmente em estados como Pará, Maranhão e Piauí, onde a porcentagem da população inscrita excede 67%.

Além disso, as particularidades de cada território, incluindo as questões indígenas na Região Norte, demonstradas pela alta proporção de indígenas inscritos no CadÚnico em estados como Amazonas e Roraima, devem ser meticulosamente consideradas no planejamento de iniciativas governamentais. A priorização de estados com maior percentual de inscritos no CadÚnico, aliada a um planejamento que leve em conta as características e necessidades locais, é crucial para um sistema de assistência social efetivo e sensível às dinâmicas regionais.

O Plano Juventude Negra Viva, lançado em 2023 e coordenado por uma gama de ministérios, é um exemplo claro da necessidade de políticas que identifiquem e ataquem não só a vulnerabilidade generalizada, mas também as especificidades raciais e culturais. O plano, que atua em múltiplas áreas, desde segurança pública até a garantia de direitos à cidade e valorização dos territórios, reflete a abordagem sistêmica requerida para lidar com as questões complexas enfrentadas pela juventude negra no Brasil.

Por fim, para fortalecer a democratização do acesso aos programas federais no país, é fundamental que o planejamento, a gestão e a governança de políticas sociais como o SUAS sejam aprimorados, considerando a diversidade e a heterogeneidade do Brasil e os perfis de cada município. Isso envolve investimentos contínuos em melhorias de sistemas e processos, capacitação de pessoal, atualizações regulares dos cadastros, e uma comunicação eficaz entre os níveis de gestão, garantindo que cada cidadão, independentemente da raça, tenha suas necessidades reconhecidas e atendidas pelo estado.